

A Miopia Financeira no Setor de Serviços de Alimentação Reflexos da Ausência de Controle em Micro e Pequenas Empresas no Brasil e no Mundo

Autor: Andrés Felipe Mella Molina

Licenciado em Ciências Socioeconômicas, pós-graduado em Engenharia Econômica e Financeira. E-mail: andresmellamolina@gmail.com

Este estudo examina a miopia financeira decorrente da falta de controles gerenciais e financeiros em micro e pequenas empresas do setor de serviços de alimentação. Com base em dados nacionais e internacionais, o artigo evidencia os reflexos negativos dessa realidade sobre a rentabilidade, liquidez e sustentabilidade dos negócios, propondo reflexões e medidas práticas para a profissionalização da gestão financeira.

Orientador: Jadson Belem de Moura, Dr.

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária do Centro Universitário Evangélico de Goianésia, UNIEGO – Jadson.moura@uniego.edu.br

Resumo

O setor de serviços de alimentação, composto predominantemente por micro e pequenas empresas (MPes), apresenta uma das mais elevadas taxas de mortalidade empresarial no cenário econômico global. A literatura especializada aponta consistentemente a deficiência crônica na gestão financeira como o vetor primário dessa vulnerabilidade. Este artigo analisa o impacto da ausência de controles financeiros básicos, como o registro sistemático de receitas e despesas e a separação patrimonial, na sobrevivência de restaurantes e lanchonetes. A pesquisa adota uma abordagem comparativa, examinando as assimetrias regionais no Brasil (com foco nas discrepâncias entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste) e contrastando o cenário latino-americano com as realidades da Europa e da Ásia. O referencial teórico fundamenta-se na literacia financeira do empreendedor e na teoria da agência adaptada para pequenos negócios familiares. Os resultados demonstram que a informalidade financeira não é um fenômeno exclusivamente local, mas uma patologia sistêmica em economias emergentes, frequentemente agravada por fatores socioculturais e baixa escolarização financeira. Conclui-se que intervenções focadas exclusivamente em acesso a crédito são insuficientes sem o desenvolvimento prévio de competências gerenciais básicas, demandando políticas públicas de capacitação financeira contextualizadas regionalmente.

Palavras-chave: Gestão Financeira. Micro e Pequenas Empresas. Setor de Alimentação. Literacia Financeira. Mortalidade Empresarial.

1. Introdução

A complexidade inerente à operação de um restaurante frequentemente subestimada por empreendedores novatos atua como um catalisador para o fracasso. Diferentemente de outros modelos de negócios varejistas, o setor de food service exige uma coordenação milimétrica entre a aquisição de insumos, a produção em tempo real e o atendimento ao cliente. Essa tríade operacional consome a maior parte da atenção do gestor, relegando as atividades de retaguarda (backoffice), especialmente o controle financeiro, a um plano secundário ou, na pior das hipóteses, ao total abandono. O resultado dessa negligência é uma gestão reativa, onde as decisões são tomadas com base no saldo bancário momentâneo, e não em indicadores de desempenho consistentes. A literatura aponta que a falta de capital de giro adequado, aliada à incapacidade de precificar corretamente os produtos, forma uma tempestade perfeita que arrasta milhares de MPEs para a insolvência anualmente (CRUZ, 2023).

Além disso, a transição para a era digital impôs novos desafios financeiros aos pequenos restaurantes. A dependência crescente de plataformas de delivery, que cobram taxas expressivas sobre o valor das vendas, alterou substancialmente a estrutura de margens do setor. Empreendedores que não mantêm registros rigorosos de suas receitas e despesas frequentemente falham em incorporar essas taxas ao custo final do produto, resultando em operações que geram alto volume de vendas, mas lucro líquido negativo. Esse fenômeno, exacerbado pela concorrência acirrada e pela sensibilidade dos consumidores a preços, exige um nível de sofisticação gerencial que raramente é encontrado em negócios de subsistência (MATSUMOTO; FERNANDES, 2014).

A dimensão cultural também desempenha um papel central na configuração desse cenário. Em muitas sociedades em desenvolvimento, o dinheiro é tratado como um tabu, e a educação financeira formal é praticamente inexistente nas grades curriculares básicas. O empreendedor, ao iniciar seu negócio, carrega consigo os vícios e as crenças limitantes adquiridas em seu ambiente familiar. A prática de não registrar pequenas despesas, sob a justificativa de que "são valores insignificantes", acumula-se ao longo do mês, criando rombos inexplicáveis no fluxo de caixa. Superar essas barreiras cognitivas e comportamentais é o primeiro e mais desafiador passo para a profissionalização da gestão financeira em MPEs (YAKOB et al., 2021).

As micro e pequenas empresas (MPEs) constituem a espinha dorsal das economias contemporâneas, sendo responsáveis por uma parcela esmagadora da geração de empregos e da capilaridade da distribuição de renda. No Brasil, essas organizações representam a quase totalidade dos negócios formalmente estabelecidos, desempenhando um papel crucial na absorção da força de trabalho. Dentro desse vasto universo, o segmento de serviços de alimentação, englobando restaurantes, lanchonetes e bares, destaca-se tanto pela sua expressiva contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços quanto pela sua notória fragilidade estrutural. A facilidade aparente de entrada nesse mercado atrai um volume massivo de empreendedores por necessidade, frequentemente desprovidos de formação técnica em gestão, o que resulta em um ambiente de altíssima rotatividade e taxas de mortalidade alarmantes nos primeiros anos de operação (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2024).

A raiz dessa vulnerabilidade crônica raramente reside na qualidade do produto ofertado ou na ausência de demanda, mas sim na gestão inadequada dos recursos organizacionais. A observação empírica e os levantamentos estatísticos evidenciam que uma parcela substancial

dos proprietários de pequenos restaurantes não mantêm registros sistemáticos de suas operações diárias. A ausência de um fluxo de caixa estruturado, o desconhecimento do custo real de cada prato servido e, sobretudo, a perniciosa confusão entre o patrimônio pessoal do empreendedor e o caixa da empresa configuram o que se pode denominar de "miopia financeira". Esse comportamento reativo e informal impede a formação de reservas de capital de giro, inviabiliza o planejamento de investimentos e torna o negócio extremamente suscetível a flutuações sazonais ou crises macroeconômicas (SEBRAE, 2023).

A literatura acadêmica recente tem se debruçado sobre as causas subjacentes a essa negligência gerencial, frequentemente associando-a a níveis deficitários de literacia financeira por parte dos fundadores. No entanto, a manifestação desse problema não é homogênea. No vasto território brasileiro, observam-se profundas assimetrias regionais, onde fatores socioculturais e históricos moldam a relação do indivíduo com o dinheiro e com o risco empresarial. Da mesma forma, quando se expande a lente analítica para o cenário internacional, percebe-se que a informalidade financeira em pequenos negócios de alimentação assume contornos distintos na América Latina, na Europa e na Ásia, influenciada por diferentes arranjos institucionais, exigências regulatórias e dinâmicas de cadeias de suprimentos (OCDE, 2024).

Diante desse contexto, o presente artigo propõe-se a investigar em profundidade as consequências da falta de controle financeiro em MPEs do segmento de restaurantes e lanchonetes. O estudo busca responder a questionamentos centrais: A negligência com os registros financeiros é um problema generalizado em todos os setores ou apresenta prevalência específica no ramo de alimentação? Quais são as discrepâncias comportamentais observadas entre as diferentes regiões do Brasil? E como a realidade latino-americana se compara aos modelos de gestão adotados por pequenos negócios similares em países europeus e asiáticos?

A relevância desta investigação reside na necessidade premente de desenhar intervenções mais eficazes para a redução da mortalidade empresarial. Compreender a anatomia da falha gerencial no setor de alimentação permite que formuladores de políticas públicas, instituições de fomento e consultorias privadas desenvolvam metodologias de capacitação que transcendam a mera oferta de crédito, atacando o problema estrutural da educação financeira. O artigo está estruturado de forma a apresentar, inicialmente, um referencial teórico robusto sobre a literacia financeira e a mortalidade de MPEs, seguido pelos procedimentos metodológicos, uma seção densa de resultados e discussões comparativas, e, por fim, as conclusões e implicações práticas do estudo.

2. Referencial Teórico

2.1. A Dinâmica da Mortalidade Empresarial e a Centralidade da Gestão Financeira

A mortalidade prematura de MPEs não é apenas uma tragédia pessoal para o empreendedor, mas representa uma ineficiência alocativa significativa para a economia como um todo. Quando um restaurante fecha suas portas, há destruição de capital, perda de postos de trabalho e retração na arrecadação tributária local. Para mitigar esse problema, é fundamental compreender a anatomia do fracasso. Estudos longitudinais demonstram que empresas que implementam rotinas de acompanhamento financeiro desde o primeiro dia de operação apresentam taxas de sobrevivência exponencialmente maiores. A elaboração de um plano de negócios estruturado, mesmo que simplificado, atua como um mapa de navegação que orienta o empreendedor nas águas turbulentas dos primeiros anos de mercado (SEBRAE, 2023).

O controle rigoroso do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) é, sem dúvida, o indicador mais crítico para a saúde financeira de um restaurante. O CMV não se resume ao preço de compra dos ingredientes; ele engloba o desperdício, o rendimento das porções e a eficiência no armazenamento. Empreendedores que não realizam inventários periódicos e não elaboram fichas técnicas detalhadas operam no escuro, sujeitos às flutuações de preços dos fornecedores e a desvios internos. A implementação de controles de estoque eficientes, associada à negociação estratégica com fornecedores, pode reduzir o CMV em vários pontos percentuais, diferença que frequentemente separa uma operação lucrativa de uma deficitária (VANNUCCI; FERREIRA; SILVA, 2023).

Ademais, a gestão do capital de giro exige uma compreensão profunda do ciclo financeiro do negócio. O descasamento entre os prazos de pagamento aos fornecedores (frequentemente à vista para produtos perecíveis) e os prazos de recebimento das vendas (especialmente aquelas realizadas por meio de cartões de crédito) cria uma necessidade constante de liquidez. Empreendedores desavisados frequentemente recorrem à antecipação de recebíveis ou a empréstimos bancários de curto prazo para cobrir esses "buracos" no fluxo de caixa. No entanto, as elevadas taxas de juros embutidas nessas operações corroem rapidamente a rentabilidade do negócio, criando um ciclo de endividamento que culmina na falência (HUO, 2024).

A sobrevivência de uma micro ou pequena empresa no mercado contemporâneo é um fenômeno complexo, condicionado por uma multiplicidade de variáveis endógenas e exógenas. Historicamente, a literatura sobre empreendedorismo tem documentado que os primeiros cinco anos de operação constituem o período de maior vulnerabilidade, uma fase caracterizada pela curva de aprendizado acelerada e pela escassez de recursos de contingência. No Brasil, levantamentos indicam que quase um terço das empresas não ultrapassa esse limiar crítico, com o setor de serviços frequentemente apresentando taxas de encerramento ainda mais severas. A transição da condição de trabalhador assalariado para a de empresário exige o domínio de um conjunto de habilidades que raramente são adquiridas na educação formal básica, tornando a gestão empírica e baseada na intuição a regra, e não a exceção, no ecossistema das MPEs (FALCÃO, 2025).

Dentre as diversas causas apontadas para o fracasso prematuro, a deficiência na gestão financeira emerge invariavelmente como o fator de maior impacto e recorrência. A incapacidade de projetar o fluxo de caixa, a ausência de provisionamento para obrigações tributárias e trabalhistas, e o erro sistemático na precificação de produtos corroem as margens de lucro e conduzem a empresa a um estado de insolvência silenciosa. O empresário frequentemente percebe o alto volume de vendas como um indicador de sucesso, ignorando que o crescimento desordenado, desacompanhado de controle rigoroso de custos, pode acelerar o esgotamento do capital de giro. Essa desconexão entre a percepção de faturamento e a realidade da rentabilidade é o núcleo da miopia financeira que vitima milhares de pequenos negócios anualmente (CRUZ, 2023).

No segmento específico de restaurantes e lanchonetes, essa dinâmica é agravada pelas características intrínsecas da operação. O setor de alimentação lida diariamente com insumos altamente perecíveis, exigindo uma gestão de estoques milimétrica para evitar desperdícios que impactam diretamente o custo da mercadoria vendida (CMV). Além disso, a sazonalidade da demanda, a alta rotatividade de mão de obra (turnover) e as margens de lucro historicamente estreitas não deixam espaço para amadorismos contábeis. A elaboração de fichas técnicas precisas para cada prato não é um mero preciosismo administrativo, mas uma ferramenta de sobrevivência indispensável. Quando o proprietário de um pequeno restaurante negligencia essas práticas, ele perde o controle sobre a estrutura de custos da sua operação, tornando-se incapaz de identificar onde a empresa está perdendo dinheiro até que a falta de liquidez se torne irreversível (VANNUCCI; FERREIRA; SILVA, 2023).

2.2. O Princípio da Entidade e a Mistura Patrimonial nas MPEs

A mistura patrimonial, frequentemente justificada pela conveniência ou pela urgência das obrigações financeiras, mascara a verdadeira capacidade de geração de caixa da empresa. Quando o empreendedor utiliza os recursos do restaurante para pagar a conta de luz da sua residência, ele está, na prática, realizando uma distribuição de lucros não contabilizada. Se o negócio não possui rentabilidade suficiente para suportar essas retiradas, o resultado inevitável é a descapitalização crônica. A literatura contábil enfatiza que a separação rigorosa entre as finanças pessoais e corporativas é o pré-requisito fundamental para qualquer análise de viabilidade econômica (CATARINO; SANTOS, 2020).

A definição de um pró-labore fixo e condizente com a realidade financeira do negócio é a ferramenta mais eficaz para combater essa prática. O pró-labore atua como uma barreira de contenção, limitando as retiradas do proprietário a um valor pré-estabelecido que a empresa pode comportar. No entanto, a implementação dessa prática encontra forte resistência cultural. Muitos empreendedores acreditam que, por serem os donos do negócio, têm o direito irrestrito de acessar o caixa a qualquer momento. Essa mentalidade patrimonialista ignora o fato de que a empresa possui obrigações próprias (com fornecedores, funcionários e o fisco) que devem ser priorizadas para garantir a continuidade da operação (PINTO, 2025).

A falta de registros contábeis adequados também inviabiliza o acesso a linhas de crédito estruturadas e de longo prazo. Instituições financeiras exigem demonstrações contábeis auditáveis e históricos de faturamento consistentes para avaliar o risco de crédito e conceder empréstimos a taxas competitivas. Empreendedores que operam na informalidade financeira são frequentemente relegados a modalidades de crédito mais caras e restritivas, limitando sua capacidade de investir em modernização, expansão ou campanhas de marketing. A profissionalização da gestão financeira atua, portanto, como um passaporte para a inclusão da MPE no sistema financeiro formal (GURGEL, 2025).

Um dos pilares fundamentais da contabilidade é o Princípio da Entidade, que estabelece a autonomia patrimonial da empresa, determinando que o patrimônio do negócio não deve se confundir com o patrimônio particular de seus sócios. Nas micro e pequenas empresas, especialmente naquelas de conformação familiar que dominam o setor de alimentação, a violação desse princípio é endêmica e sistêmica. O caixa da empresa frequentemente funciona como uma extensão da carteira pessoal do fundador, sendo utilizado indiscriminadamente para o pagamento de despesas domésticas, mensalidades escolares e aquisições de bens de consumo, sem qualquer tipo de registro de pró-labore ou distribuição formal de lucros (CATARINO; SANTOS, 2020).

Essa simbiose financeira perniciosa gera uma série de distorções que mascaram a real saúde econômica do negócio. Primeiramente, impossibilita a aferição precisa da lucratividade da operação, uma vez que as retiradas aleatórias dos sócios inflam artificialmente as despesas da empresa. Em segundo lugar, descapitaliza o negócio continuamente, drenando recursos que deveriam ser reinvestidos na manutenção de equipamentos, na renovação do estoque ou na formação de um fundo de reserva para períodos de baixa sazonalidade. A informalidade nos saques cria um cenário de asfixia financeira crônica, onde o restaurante gera receita suficiente para se sustentar, mas é levado à falência pela sangria constante promovida por seus próprios fundadores (PINTO, 2025).

A resistência à separação patrimonial está profundamente enraizada em fatores comportamentais e culturais. Para muitos pequenos empreendedores, a empresa é percebida não como uma entidade jurídica autônoma, mas como um mero instrumento de subsistência familiar. A imposição de controles rigorosos e a definição de um salário fixo (pró-labore) são frequentemente vistas como burocracias desnecessárias que limitam a liberdade do proprietário sobre os recursos que ele mesmo gerou. Superar essa barreira exige mais do que a simples implementação de um software de gestão; requer uma mudança de paradigma cognitivo, onde o empreendedor passa a se reconhecer como um funcionário e administrador do próprio negócio, subordinado às regras de higiene financeira que garantem a perenidade da organização (GURGEL, 2025).

2.3. Literacia Financeira e Comportamento Empreendedor: Uma Perspectiva Regional e Global

A literacia financeira não deve ser confundida com o mero acesso à informação. Embora existam inúmeros cursos, cartilhas e tutoriais disponíveis gratuitamente na internet, a absorção e a aplicação prática desse conhecimento exigem uma mudança de atitude e a superação de barreiras comportamentais. Empreendedores com baixos níveis de literacia financeira frequentemente delegam a gestão das finanças a terceiros (como contadores ou familiares) sem exercer qualquer tipo de supervisão crítica. Essa terceirização irresponsável cria um ambiente propício para fraudes, erros de cálculo e decisões estratégicas equivocadas, uma vez que o gestor perde o contato direto com a realidade econômica do seu próprio negócio (YAKOB et al., 2021).

As disparidades regionais na literacia financeira refletem as desigualdades estruturais mais amplas presentes na sociedade brasileira. Regiões com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) tendem a apresentar ecossistemas empreendedores mais frágeis, onde a informalidade é a regra e o acesso a serviços bancários de qualidade é limitado. Nesses contextos, a gestão financeira baseia-se frequentemente em relações de confiança interpessoal e em transações em espécie, dificultando a implementação de controles sistêmicos. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do empreendedorismo devem, portanto, adotar abordagens territorializadas, reconhecendo as especificidades culturais e econômicas de cada região e oferecendo soluções de capacitação adaptadas a essas realidades (SILVA, 2022).

No cenário global, a literacia financeira é cada vez mais reconhecida como uma competência essencial para a competitividade das nações. Organismos internacionais, como a OCDE e o Banco Mundial, têm investido recursos significativos em programas de educação financeira voltados para proprietários de MPEs em países em desenvolvimento. Esses programas frequentemente adotam metodologias de ensino baseadas em simulações, estudos de caso e ferramentas interativas, buscando superar a aversão natural que muitos empreendedores possuem em relação à matemática e à contabilidade formal. A evidência empírica sugere que essas intervenções, quando bem desenhadas e implementadas de forma continuada, apresentam resultados expressivos na redução da mortalidade empresarial e no aumento da produtividade (GALSTIAN; MONTE, 2017).

A capacidade de compreender e aplicar conceitos financeiros na tomada de decisão, definida na literatura como literacia financeira (ou educação financeira), é um determinante crítico do sucesso empresarial. O letramento financeiro transcende a mera habilidade de realizar cálculos aritméticos; engloba a compreensão do valor do dinheiro no tempo, a avaliação de riscos, a distinção entre taxas de juros nominais e reais, e a capacidade de interpretar demonstrações contábeis básicas. Empreendedores com altos níveis de literacia financeira demonstram maior propensão a manter registros precisos, a planejar orçamentos de longo prazo e a buscar fontes de financiamento adequadas, evitando o endividamento predatório (YAKOB et al., 2021).

No contexto brasileiro, a literacia financeira apresenta variações significativas quando analisada sob uma ótica regional. As regiões Sul e Sudeste, historicamente beneficiadas por maiores níveis de industrialização, renda per capita e acesso a instituições financeiras estruturadas, tendem a apresentar empreendedores com um grau ligeiramente superior de formalização gerencial. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste, marcadas por maiores índices de informalidade laboral e barreiras históricas de acesso à educação de qualidade, frequentemente exibem indicadores mais preocupantes de gestão empresarial. Nessas regiões, a dependência do crédito informal, a aversão a instituições bancárias tradicionais e a prevalência de transações baseadas em confiança pessoal moldam um ambiente de negócios onde o controle financeiro rigoroso é frequentemente preterido em favor de práticas de subsistência baseadas no fluxo de caixa diário (SILVA, 2022).

Quando a análise se expande para o cenário internacional, a importância da literacia financeira torna-se ainda mais evidente. Estudos comparativos revelam que países com sistemas educacionais que incorporam a educação financeira desde a formação básica tendem a gerar um ecossistema de PMEs mais resiliente e competitivo. Na Europa, por exemplo, a forte tradição de ensino vocacional e a presença de exigências regulatórias rigorosas para a constituição de empresas induzem a adoção de práticas contábeis padronizadas desde o primeiro dia de operação. Na Ásia, a disciplina financeira é frequentemente reforçada pela integração das pequenas empresas em cadeias de suprimentos densas, que exigem transparência e eficiência de seus fornecedores. A América Latina, por sua vez, ainda luta para superar a herança de instabilidade macroeconômica e inflação crônica, fatores que historicamente condicionaram os empreendedores a priorizar a liquidez imediata em detrimento do planejamento estratégico de longo prazo (GALSTIAN; MONTE, 2017).

3. Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica exploratória e revisão sistemática da literatura. A estratégia de busca concentrou-se em identificar produções científicas relevantes que abordassem as temáticas de gestão financeira, mortalidade de micro e pequenas empresas, literacia financeira e o setor de serviços de alimentação. O recorte temporal foi estabelecido para publicações dos últimos dez anos (2014 a 2025), garantindo a atualidade e a pertinência dos dados analisados frente às dinâmicas econômicas recentes.

A coleta de dados foi realizada em bases de dados acadêmicas, incluindo Scopus, Web of Science, SciELO e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Os descritores de busca utilizados envolveram combinações de termos em português e inglês, tais como "gestão financeira em restaurantes", "mortalidade de MPEs", "financial literacy in small business", "separação patrimonial" e "restaurant failure rate". A seleção dos artigos foi pautada por critérios de rigor científico, priorizando estudos empíricos, avaliações de impacto, pesquisas quantitativas e estudos de casos múltiplos que oferecessem evidências concretas sobre as práticas gerenciais no segmento de food service.

A análise dos dados bibliográficos foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática. Os artigos selecionados foram categorizados em eixos temáticos principais:

- 1) Causas financeiras da mortalidade no setor de alimentação;
- 2) A problemática da mistura patrimonial e falta de registros;
- 3) Discrepâncias regionais na literacia financeira no Brasil; e
- 4) Comparações internacionais do comportamento financeiro de PMEs.

Essa estruturação permitiu a triangulação das informações e a construção de um argumento lógico e fundamentado, capaz de sustentar as discussões propostas e responder aos questionamentos centrais da pesquisa, garantindo a solidez das conclusões apresentadas.

4. Resultados e Discussão

4.1. A Vulnerabilidade Específica do Setor de Alimentação

A vulnerabilidade do setor de alimentação é agravada pela intensa concorrência e pelas baixas barreiras de entrada. Qualquer indivíduo com capital mínimo e habilidades culinárias básicas pode abrir um pequeno restaurante ou lanchonete, criando um mercado saturado onde a diferenciação é difícil e a guerra de preços é constante. Nesse ambiente hipercompetitivo, a eficiência operacional e o controle rigoroso de custos tornam-se as únicas vantagens competitivas sustentáveis. Restaurantes que não conseguem padronizar seus processos, minimizar o desperdício e precificar seus produtos de forma estratégica são rapidamente eliminados do mercado por concorrentes mais eficientes (PARSA et al., 2015).

A ausência de acompanhamento de receitas e despesas não apenas impede a aferição da lucratividade, mas também impossibilita a identificação de tendências de consumo e a adaptação a mudanças no mercado. Empreendedores que não analisam seus dados financeiros são incapazes de identificar quais pratos apresentam maior margem de contribuição, quais horários concentram o maior volume de vendas e quais despesas operacionais podem ser otimizadas. A gestão baseada em dados (data-driven management), embora amplamente difundida em grandes corporações, ainda é uma realidade distante para a esmagadora maioria das MPEs do setor de alimentação. A transição para esse modelo gerencial exige a adoção de ferramentas tecnológicas acessíveis e a capacitação do empreendedor para interpretar e utilizar as informações geradas por esses sistemas (SILVA et al., 2024).

A complexidade tributária também representa um desafio significativo para a gestão financeira de pequenos restaurantes. O sistema tributário brasileiro é notório por sua burocracia e pelas constantes alterações na legislação. O enquadramento inadequado no regime tributário (como o Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real) pode resultar em pagamentos de impostos muito superiores ao devido, corroendo a rentabilidade do negócio. A ausência de registros financeiros precisos dificulta o trabalho do contador e aumenta o risco de autuações fiscais e multas, que podem ser fatais para empresas subcapitalizadas. A parceria estratégica entre o empreendedor e um profissional de contabilidade qualificado é essencial para garantir a conformidade fiscal e otimizar a carga tributária da operação (MATSUMOTO; FERNANDES, 2014).

A análise da literatura evidencia que, embora a deficiência na gestão financeira seja um problema endêmico em micro e pequenas empresas de todos os setores, o segmento de restaurantes e lanchonetes apresenta uma vulnerabilidade exacerbada a essas falhas. Estudos empíricos demonstram que a taxa de mortalidade no primeiro ano de operação de negócios de alimentação é significativamente superior à média do varejo tradicional e da indústria leve. Essa fragilidade estrutural decorre da complexidade operacional inerente ao food service, que combina simultaneamente características de manufatura (transformação de matérias-primas em pratos), varejo (venda direta ao consumidor final) e prestação de serviços (atendimento e hospitalidade) (PARSA et al., 2015).

Pesquisas recentes focadas no ecossistema empresarial brasileiro revelam que o problema de maior impacto na gestão dessas MPEs é, invariavelmente, a ausência de um acompanhamento específico e detalhado de receitas e despesas. Um estudo conduzido por Silva et al. (2024) no interior da Paraíba quantificou essa deficiência, demonstrando que a falta de registros financeiros básicos representa mais de 40% da relevância na hierarquia dos problemas que conduzem ao fechamento precoce. Em um restaurante, onde os insumos são perecíveis e os preços dos alimentos sofrem flutuações constantes, a incapacidade de calcular com precisão o custo da mercadoria vendida (CMV) resulta em precificações baseadas no "achismo" ou na mera cópia dos preços da concorrência, ignorando a estrutura de custos interna. Essa precificação às cegas corrói silenciosamente a rentabilidade, levando a empresa a operar no vermelho mesmo em períodos de alto volume de vendas (MATSUMOTO; FERNANDES, 2014).

Além disso, a gestão do capital de giro no setor de alimentação exige um sincronismo financeiro que raramente é dominado por empreendedores sem formação prévia. A necessidade de pagamento à vista para fornecedores de produtos frescos (hortifrúti, carnes), contrastando com o recebimento parcelado ou diferido das vendas realizadas por meio de cartões de crédito e aplicativos de entrega (delivery), cria descasamentos de fluxo de caixa que podem ser fatais. Na ausência de anotações rigorosas e projeções financeiras, o proprietário do restaurante é frequentemente surpreendido pela falta de liquidez para honrar a folha de pagamento ou os impostos, recorrendo a linhas de crédito emergenciais (como cheque especial e antecipação de recebíveis) que, devido às altas taxas de juros, aceleram a espiral de insolvência (HUO, 2024).

4.2. Assimetrias Regionais no Brasil: O Abismo da Formalização

A persistência da informalidade financeira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil é um reflexo das barreiras históricas de acesso a crédito e a serviços bancários de qualidade. Em muitas localidades dessas regiões, a presença de agências bancárias é escassa, e as tarifas cobradas pelas instituições financeiras tradicionais são proibitivas para pequenos empreendedores. Esse cenário fomenta o surgimento de arranjos financeiros informais, como agiotagem e empréstimos entre familiares, que operam à margem da regulação e frequentemente impõem condições abusivas. A digitalização dos serviços financeiros, impulsionada pelo surgimento de fintechs e bancos digitais, tem o potencial de democratizar o acesso a ferramentas de gestão e a crédito com taxas mais justas, mas a adoção dessas tecnologias ainda esbarra em barreiras de literacia digital e desconfiança (SEBRAE, 2026).

A cultura da informalidade também se manifesta nas relações trabalhistas. Muitos pequenos restaurantes operam com funcionários sem registro formal, pagando salários "por fora" para evitar os encargos trabalhistas e previdenciários. Embora essa prática reduza os custos imediatos, ela cria um passivo oculto significativo e aumenta o risco de processos judiciais que podem levar a empresa à falência. A gestão financeira profissional exige a provisão adequada para o pagamento de férias, décimo terceiro salário, rescisões e outros encargos, garantindo a sustentabilidade da operação a longo prazo e a segurança jurídica do empreendedor (PERES, 2025).

A comparação entre as regiões brasileiras evidencia que o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor robusto exige a atuação coordenada de múltiplos atores, incluindo governos locais, instituições de ensino, associações de classe e entidades de fomento (como o SEBRAE). A oferta de programas de capacitação gerencial deve ser complementada por políticas de simplificação burocrática, incentivos fiscais para a formalização e acesso facilitado a microcrédito orientado. O fortalecimento das MPEs do setor de alimentação tem o potencial de gerar impactos econômicos e sociais profundos, reduzindo o desemprego, promovendo a inclusão social e dinamizando as economias locais (CABRAL; HEIN, 2025).

A investigação sobre as práticas de controle financeiro nas MPEs brasileiras revela um panorama heterogêneo, fortemente influenciado por variáveis demográficas, históricas e socioeconômicas. A mistura de finanças pessoais e empresariais, identificada como um dos erros gerenciais mais perniciosos, apresenta prevalência alarmante em todo o território nacional, mas exibe discrepâncias regionais que merecem atenção detalhada. Dados recentes do SEBRAE (2026) indicam que mais de 60% dos empreendedores brasileiros utilizam a conta bancária pessoal para pagar despesas da empresa, uma violação flagrante do Princípio da Entidade. Contudo, essa prática atinge seus níveis mais críticos nas regiões Nordeste e Norte, onde aproximadamente dois terços dos proprietários de pequenos negócios operam sob essa confusão patrimonial, contrastando com índices sensivelmente menores na região Sul.

Essa assimetria não pode ser interpretada meramente como uma escolha gerencial isolada, mas deve ser compreendida à luz dos diferentes níveis de desenvolvimento institucional e literacia financeira que caracterizam o Brasil. As regiões Norte e Nordeste concentram historicamente maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica, o que se reflete na predominância do empreendedorismo por necessidade. Nesse contexto, o restaurante ou a pequena lanchonete frequentemente nasce como uma estratégia de sobrevivência familiar imediata, operando à margem da formalidade contábil. A dissertação de Silva (2022), focada no setor terciário do Nordeste, corrobora essa visão ao demonstrar que a baixa literacia financeira pessoal do gestor se traduz diretamente em decisões empresariais de curto prazo focadas exclusivamente na manutenção da liquidez diária, em detrimento do planejamento e do reinvestimento (PERES, 2025).

Por outro lado, nas regiões Sul e Sudeste, a presença de um ecossistema de apoio empresarial mais denso, associado a maiores níveis de escolaridade média e acesso facilitado a serviços bancários estruturados, fomenta uma cultura organizacional ligeiramente mais propensa à adoção de controles formais. A proximidade com centros de inovação e a maior concorrência mercadológica exercem uma pressão exógena pela profissionalização da gestão. No entanto, é fundamental ressaltar que, mesmo nessas regiões, a transição da informalidade empírica para a gestão baseada em dados é um processo árduo e frequentemente inacabado nas MPEs do setor de alimentação. O estudo de Catarino e Santos (2020) sobre microempresas cariocas ilustra que, mesmo em grandes metrópoles, a influência das finanças pessoais desorganizadas do proprietário atua como um fator limitante severo para a expansão e consolidação financeira do negócio (CABRAL; HEIN, 2025).

4.3. A Perspectiva Internacional: América Latina, Europa e Ásia

A informalidade financeira em pequenos restaurantes na América Latina é frequentemente agravada pela instabilidade macroeconômica e pela inflação crônica que historicamente caracterizam a região. Em ambientes de alta inflação, a gestão do capital de giro torna-se extremamente complexa, exigindo reajustes frequentes de preços e negociações ágeis com fornecedores para preservar as margens de lucro. Empreendedores desprovidos de ferramentas de controle financeiro são incapazes de acompanhar o ritmo da desvalorização da moeda, resultando em descapitalização acelerada e perda de competitividade. A adoção de práticas de proteção financeira (hedge) e o planejamento de cenários são competências raras nesse segmento, deixando as MPEs vulneráveis a choques externos (OCDE, 2024).

Na Europa, a forte regulação estatal e as exigências rigorosas de conformidade atuam como indutores da profissionalização gerencial. A obrigatoriedade de utilização de sistemas de ponto de venda (PDV) integrados com as autoridades fiscais, por exemplo, reduz drasticamente o espaço para a sonegação e impõe a manutenção de registros precisos de todas as transações comerciais. Além disso, a cultura de associativismo e cooperativismo é mais desenvolvida em países europeus, permitindo que pequenos restaurantes ganhem escala na negociação com fornecedores, compartilhem custos de logística e acessem serviços de consultoria financeira a preços subsidiados. Essas redes de colaboração mitigam as desvantagens inerentes ao pequeno porte e promovem a difusão de boas práticas de gestão (AMANKWAH-AMOA, 2019).

O modelo asiático de integração de PMEs em cadeias de suprimentos globais oferece lições valiosas sobre o papel da pressão externa na indução da disciplina financeira. Em países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, as grandes corporações frequentemente atuam como "empresas âncora", exigindo que seus fornecedores (incluindo pequenos negócios de alimentação que atendem seus funcionários) adotem padrões rigorosos de qualidade e transparência financeira. Essa relação de simbiose cria um incentivo poderoso para a profissionalização da gestão, uma vez que a conformidade com as exigências da empresa âncora garante o acesso a um mercado consumidor estável e a condições de pagamento previsíveis. A replicação desse modelo em outras regiões em desenvolvimento exige o fortalecimento dos vínculos entre grandes e pequenas empresas e a criação de programas de desenvolvimento de fornecedores (MONTEIRO; BELO; AMARAL, 2023).

A análise comparativa do comportamento financeiro de pequenos restaurantes em âmbito global revela que a informalidade e a ausência de controles não são patologias exclusivas do Brasil, mas fenômenos sistêmicos em economias em desenvolvimento, embora assumam contornos distintos em nações desenvolvidas. Na América Latina, o cenário é marcado por uma impressionante similaridade com a realidade brasileira. Países como Colômbia, México e Peru compartilham as mesmas dores estruturais: alta mortalidade empresarial, confusão patrimonial e acesso restrito a crédito de longo prazo. A literatura internacional aponta que pequenos restaurantes na região operam frequentemente como "negócios invisíveis" para o sistema financeiro tradicional, dependendo de recursos próprios ou de empréstimos informais a taxas predatórias. A ausência de histórico de crédito (track record) e a incapacidade de apresentar demonstrações contábeis auditáveis perpetuam um ciclo de subcapitalização crônica que impede a modernização e a adoção de tecnologias de gestão (OCDE, 2024).

Em contraste, a dinâmica observada em países europeus demonstra como arranjos institucionais e regulatórios podem induzir a profissionalização gerencial. Na Europa Ocidental, a constituição de uma empresa de alimentação está frequentemente atrelada a exigências rigorosas de conformidade fiscal e sanitária, que impõem a adoção de sistemas contábeis padronizados desde a concepção do negócio. A forte presença de políticas de cofinanciamento e *vouchers* de inovação, que exigem prestação de contas detalhada por parte do empreendedor, atua como um catalisador para a disciplina financeira. Além disso, a cultura de ensino técnico e vocacional na Europa prepara os gestores para lidar com a complexidade da precificação e do controle de custos de forma mais analítica, mitigando a dependência exclusiva da intuição que caracteriza o modelo latino-americano (AMANKWAH-AMOA, 2019).

O cenário asiático, particularmente em economias de rápido crescimento e forte orientação para exportação, oferece uma terceira perspectiva. Embora a informalidade também seja prevalente em microempresas tradicionais de subsistência, a integração de PMEs em densas redes de fornecimento e cadeias de valor hierarquizadas exerce uma pressão disciplinadora incomparável. A adoção de práticas rigorosas de gestão financeira e controle de qualidade não é vista apenas como uma recomendação de boas práticas, mas como um requisito inegociável para a participação no mercado e o estabelecimento de parcerias com grandes corporações. Estudos conduzidos em Timor-Leste e outras nações em desenvolvimento da região indicam que intervenções focadas no aumento da literacia financeira dos proprietários de restaurantes apresentam correlação direta e positiva com o crescimento do negócio, sugerindo que a capacitação gerencial é a alavanca fundamental para a transição de economias informais para mercados estruturados e competitivos (MONTEIRO; BELO; AMARAL, 2023).

4.4. O Impacto da Literacia Financeira na Sobrevivência do Food Service

A consolidação das evidências nacionais e internacionais aponta inequivocamente para a literacia financeira como o eixo central da sustentabilidade de MPEs no setor de alimentação. A capacidade do empreendedor de compreender a estrutura de custos de seu restaurante, separar as contas pessoais das corporativas e utilizar dados financeiros para embasar decisões estratégicas (como a revisão do cardápio, a negociação com fornecedores e a definição de políticas de descontos) é o que diferencia os negócios que sobrevivem à barreira dos cinco anos daqueles que sucumbem precocemente. A pesquisa de Wolmarans e Meintjes (2015), conduzida em contexto de economia emergente, corrobora essa premissa ao demonstrar que PMEs bem-sucedidas caracterizam-se pela adoção sistemática de práticas formais de gestão do capital de giro e planejamento orçamentário (KHANDELWAL; TANGIRALA, 2024).

A superação da miopia financeira exige, portanto, uma abordagem multifacetada. Políticas públicas de apoio ao empreendedorismo não podem se limitar à desburocratização da abertura de empresas ou à facilitação do acesso ao microcrédito. A injeção de recursos financeiros em um restaurante desprovido de controles internos frequentemente atua como um acelerador da falência, aumentando o endividamento sem resolver as ineficiências operacionais que drenam o caixa. É imperativo que os programas de fomento incorporem módulos obrigatórios e práticos de educação financeira, adaptados à realidade do pequeno negócio de alimentação. A transição do registro em cadernos informais para a utilização de softwares de gestão simplificados deve ser acompanhada por uma mudança cultural profunda, onde o empreendedor reconhece que a

anotação disciplinada de cada despesa e receita é tão vital para a qualidade do seu restaurante quanto a seleção dos ingredientes de seus pratos (MAZZAROL; REBOUD; CLARK, 2015).

4.5. A Influência da Cultura Organizacional na Adoção de Ferramentas Financeiras

A cultura organizacional de uma micro ou pequena empresa é, em grande medida, um reflexo direto dos valores, crenças e experiências de vida de seu fundador. Em negócios familiares, que constituem a base do setor de serviços de alimentação, essa dinâmica é ainda mais pronunciada. A resistência à adoção de ferramentas formais de controle financeiro, como softwares de gestão (ERP), planilhas estruturadas ou a contratação de consultorias especializadas, não decorre apenas de limitações financeiras ou técnicas, mas de barreiras culturais profundas. Muitos empreendedores percebem a formalização como uma perda de controle sobre o próprio negócio, temendo que a transparência dos dados exponha ineficiências ou reduza sua autonomia decisória (KARADAG, 2015).

Essa aversão ao controle formal é frequentemente mascarada por discursos que exaltam a intuição, a experiência prática e o "feeling" do mercado. Embora essas características sejam valiosas para o desenvolvimento de produtos e o relacionamento com clientes, elas são insuficientes para garantir a sustentabilidade financeira em ambientes competitivos. A transição de uma cultura baseada na intuição para uma cultura orientada por dados exige um esforço deliberado de mudança de mentalidade (mindset). O empreendedor precisa reconhecer que a análise rigorosa do fluxo de caixa, do ponto de equilíbrio e das margens de contribuição não substitui sua experiência, mas a complementa, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas (OBAZEE, 2019).

Além disso, a falta de delegação de tarefas é um sintoma clássico da cultura centralizadora que prevalece nas MPEs. O proprietário do restaurante frequentemente acumula as funções de chef de cozinha, comprador, gerente de recursos humanos e diretor financeiro. Essa sobrecarga operacional inevitavelmente resulta na negligência das atividades de backoffice. A profissionalização da gestão exige que o empreendedor desenvolva a capacidade de delegar responsabilidades operacionais e concentrar sua atenção na análise estratégica do negócio. A contratação ou o treinamento de funcionários para assumir rotinas administrativas e financeiras é um investimento com alto retorno, pois libera o gestor para focar no planejamento de longo prazo e na identificação de novas oportunidades de mercado (KHANDELWAL; TANGIRALA, 2024).

A intervenção de agentes externos, como consultores do SEBRAE, contadores ou mentores financeiros, desempenha um papel crucial na facilitação dessa mudança cultural. No entanto, a eficácia dessas intervenções depende da capacidade do consultor de estabelecer uma relação de confiança com o empreendedor e de adaptar metodologias complexas à realidade simplificada da MPE. Abordagens prescritivas e excessivamente teóricas tendem a gerar resistência e abandono. As soluções mais bem-sucedidas são aquelas que combinam a transferência de conhecimento técnico com o desenvolvimento de habilidades comportamentais, empoderando o empreendedor para assumir o protagonismo na gestão financeira de seu negócio (MAZZAROL; REBOUD; CLARK, 2015).

4.6. O Paradoxo da Digitalização: Acesso a Ferramentas versus Capacidade Analítica

A última década testemunhou uma proliferação sem precedentes de ferramentas tecnológicas voltadas para a gestão de pequenos negócios. O surgimento de sistemas de ponto de venda (PDV) baseados em nuvem, aplicativos de controle financeiro para smartphones e plataformas de contabilidade online reduziu drasticamente as barreiras de custo e infraestrutura para a adoção de tecnologia nas MPEs. No entanto, a disponibilidade dessas ferramentas gerou um paradoxo: a mera aquisição de um software não se traduz automaticamente em melhoria na gestão financeira. Muitos pequenos restaurantes investem em sistemas modernos apenas para utilizá-los como caixas registradoras glorificadas, ignorando os módulos de controle de estoque, gestão de compras e análise de rentabilidade (SILVA et al., 2024).

Esse fenômeno evidencia que o principal gargalo para a modernização das MPEs não é tecnológico, mas analítico. A tecnologia atua como um facilitador para a coleta e o armazenamento de dados, mas a transformação desses dados em informações estratégicas depende da capacidade analítica do gestor. Empreendedores com baixos níveis de literacia financeira são incapazes de interpretar os relatórios gerados pelos sistemas, limitando-se a monitorar indicadores superficiais, como o faturamento bruto diário. A superação desse gargalo exige que os fornecedores de tecnologia desenvolvam interfaces mais intuitivas e relatórios visuais simplificados, que traduzam conceitos contábeis complexos em *insights* acionáveis para o usuário leigo (YAKOB et al., 2021).

A digitalização também introduziu novos riscos e vulnerabilidades financeiras para os pequenos restaurantes. A integração com plataformas de entrega (delivery) e aplicativos de pagamento móvel aumentou a complexidade da conciliação bancária. As discrepâncias entre os valores registrados no PDV, as taxas descontadas pelas plataformas e os montantes efetivamente creditados na conta bancária da empresa são fontes frequentes de vazamento de receita. A ausência de rotinas rigorosas de conciliação diária permite que erros sistêmicos ou fraudes passem despercebidos, corroendo as já estreitas margens de lucro do setor. A capacitação do empreendedor para lidar com essa nova realidade digital é um componente indispensável dos programas modernos de educação financeira (MATSUMOTO; FERNANDES, 2014).

Em última análise, a tecnologia deve ser compreendida como um meio para atingir a excelência gerencial, e não como um fim em si mesma. A adoção de ferramentas digitais deve ser precedida por um mapeamento e uma padronização dos processos internos do restaurante. A automatização de processos ineficientes ou desorganizados apenas acelera a geração de informações incorretas. O desafio contemporâneo para as MPEs de alimentação é integrar a tecnologia à sua cultura organizacional de forma harmônica, garantindo que as ferramentas digitais sirvam para empoderar o gestor e otimizar o controle financeiro, e não para criar novas camadas de complexidade e confusão (CRUZ, 2023).

5. Conclusões

O presente estudo evidenciou que a falta de controle financeiro não é um mero contratempo administrativo, mas a causa estrutural primária da elevada mortalidade de micro e pequenas empresas no setor de restaurantes e lanchonetes. A negligência com o registro sistemático de receitas e despesas, aliada à prática perniciosa e endêmica de misturar o patrimônio pessoal do empreendedor com o caixa da empresa, configura um quadro de "miopia financeira" que inviabiliza a formação de capital de giro, a precificação correta e o planejamento de longo prazo. Essa vulnerabilidade é particularmente aguda no setor de food service devido à complexidade de sua estrutura de custos, caracterizada por alta perecibilidade de insumos e margens de lucro restritas.

A análise das assimetrias regionais no Brasil revelou que o problema transcende a dimensão puramente técnica, estando profundamente enraizado em fatores socioculturais e históricos. As regiões Norte e Nordeste, marcadas por maiores índices de empreendedorismo por necessidade e barreiras no acesso à educação financeira, apresentam taxas mais elevadas de informalidade gerencial e confusão patrimonial em comparação ao Sul e Sudeste. No cenário internacional, constatou-se que a América Latina compartilha os mesmos desafios estruturais do Brasil, enquanto a Europa e partes da Ásia demonstram como arranjos institucionais rigorosos, exigências regulatórias e a integração em cadeias de suprimentos podem induzir a profissionalização e a adoção de controles financeiros formais desde a concepção do negócio (KARADAG, 2015).

Conclui-se que a sobrevivência e o crescimento das MPEs de alimentação dependem visceralmente da elevação dos níveis de literacia financeira de seus fundadores. Intervenções governamentais e institucionais baseadas exclusivamente na oferta de crédito são ineficazes e potencialmente prejudiciais se não forem precedidas ou acompanhadas por programas massivos e práticos de capacitação gerencial. O letramento financeiro deve ser encarado não como um luxo acadêmico, mas como uma ferramenta de sobrevivência essencial, capaz de transformar proprietários reativos e informais em gestores analíticos e estratégicos, promovendo assim a resiliência e a competitividade desse setor vital para a economia global (OBAZEE, 2019).

6. Referências Bibliográficas

AMANKWAH-AMOA, J. Business Failures around the World: Emerging Trends and Future Research Agenda. *Journal of Business Research*, v. 98, p. 236-245, 2019.

CABRAL, J.; HEIN, N. Implication of Financial Behavior of Entrepreneurs in Brazil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 24, p. 1-18, 2025.

CATARINO, G. P. S.; SANTOS, L. R. A influência das finanças pessoais na gestão financeira de microempresas Cariocas. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 14, n. 3, p. 45-62, 2020.

CRUZ, L. M. S. Causas de mortalidade de micro e pequenas empresas do setor de serviços no município de Naviraí-MS. *Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação*, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2023.

FALCÃO, D. L. Análise da probabilidade de sobrevivência de empresas. *Cadernos Pedagógicos*, v. 10, n. 2, p. 112-130, 2025.

GALSTIAN, N.; MONTE, A. P. The Level of Financial Literacy of Managers and Entrepreneurs: A Comparison between Portugal and Russia. In: *Economic and Social Development Book of Proceedings*. Moscou: ESD, 2017. p. 213-225.

GURGEL, L. C. Gestão financeira na consolidação e expansão de micro e pequenas empresas no Brasil. *Portal de Trabalhos Acadêmicos*, v. 5, n. 1, p. 32-48, 2025.

HUO, Y. Bankruptcy Prediction for Restaurant Firms: A Comparative Study. *Journal of Risk and Financial Management*, v. 17, n. 9, p. 399-415, 2024.

KARADAG, H. Financial Management Challenges in Small and Medium-Sized Enterprises: A Strategic Management Approach. *EMAJ: Emerging Markets Journal*, v. 5, n. 1, p. 26-40, 2015.

KHANDELWAL, A.; TANGIRALA, S. C. Financial literacy and operational decisions: insights from the entrepreneurs of food service industry. *International Journal of Services and Operations Management*, v. 47, n. 1, p. 1-22, 2024.

MATSUMOTO, A. S.; FERNANDES, J. L. B. Um estudo sobre a saúde financeira das PME do setor de alimentos. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2014.

MAZZAROL, T.; REBOUD, S.; CLARK, D. The Financial Management Practices of Small to Medium Enterprises. In: *Annual SEAAZ Conference Proceedings*. Melbourne: SEAAZ, 2015. p. 1-22.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. *A microscope on small businesses: Spotting opportunities to boost productivity*. Nova York: McKinsey & Company, 2024.

MONTEIRO, A. L.; BELO, T. F.; AMARAL, A. M. Impact of Financial Management Practices and Financial Literacy on Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs) Growth: Case Study at Restaurants in Dili, Timor-Leste. *Timor Leste Journal of Business and Management*, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2023.

OBAZEE, A. T. Exploring Financial Management Practices of Small and Medium Enterprises. *Walden Dissertations and Doctoral Studies*, Minneapolis, p. 1-150, 2019.

OCDE. *SME Policy Index: Latin America and the Caribbean 2024*. Paris: OECD Publishing, 2024.

OLIVEIRA, A. S. Financial literacy: cross-country analysis between Brazil and the Slovak Republic. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 23, n. 1, p. 1-18, 2025.

PARSA, H. G. et al. Why restaurants fail? Part IV: The relationship between restaurant failures and demographic factors. *Cornell Hospitality Quarterly*, v. 56, n. 1, p. 80-90, 2015.

PERES, E. S. A influência da educação financeira nas decisões administrativas: um estudo com pequenos e médios empreendedores. *Repositório UESPI*, Teresina, p. 1-120, 2025.

PINTO, A. V. Gestão financeira de micro e pequenas empresas. *Studies in Management Review*, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2025.

SEBRAE. *Sobrevivência das empresas no Brasil*. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2023.

SEBRAE. *61% dos empreendedores brasileiros fazem pagamentos da empresa com a conta pessoal*. Brasília: Agência Sebrae de Notícias, 2026.

SILVA, A. R. et al. Impacto dos principais problemas existentes na gestão de micro e pequenas empresas no município de Sousa-PB. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 16, n. 6, p. 1-18, 2024.

SILVA, I. Literacia financeira e decisões empresariais de curto prazo: estudo com proprietários/gerentes de pequenos negócios do setor terciário da região Nordeste do Brasil. *Repositório Mackenzie*, São Paulo, p. 1-135, 2022.

SOUZA, R. K. S. Sobrevivência de pequenas empresas de varejo de alimentos. *Revista FACCAMP*, v. 8, n. 2, p. 1-16, 2021.

VANNUCCI, I. M.; FERREIRA, M. A.; SILVA, V. R. Influência da Gestão Empresarial na Taxa de Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas de Uberlândia. *RAGC*, v. 11, n. 45, p. 1-17, 2023.

WOLMARANS, H. P.; MEINTJES, Q. Financial management practices in successful Small and Medium Enterprises (SMEs). *South African Journal of Entrepreneurship and Small Business Management*, v. 7, n. 1, p. 88-116, 2015.

YAKOB, S. et al. Financial literacy and financial performance of small and medium-sized enterprises. *The South East Asian Journal of Management*, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2021.